



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
27ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1025004-18.2020.8.26.0100**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Patrícia Toledo de Campos Mello**
 Requerido: **André Fernandes de Moura**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vitor Frederico Kämpel**

Vistos.

PATRICIA TOLEDO DE CAMPOS MELLO

moveu **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS** em face de **ANDRÉ FERNANDES DE MOURA**. Na inicial (fls. 01/18), alegou que sofreu ofensas por parte do réu em sua página pessoal do Twitter. Afirmou que o réu proferiu declarações altamente ofensivas acerca da autora, acusando-a de trocar sexo por informações que fossem prejudiciais ao Presidente Jair Bolsonaro. Aduziu que as declarações do réu estão documentadas em ata notarial, e todas as alegações são falsas. Sustentou que os danos sofridos pela autora, são gravíssimos, podendo ser facilmente constatados diante do assédio sem precedentes suportado pela autora. Salientou que o réu se vale de evidente injúria sexual, de cunho machista, na tentativa de desmerecer a autora, fazendo com que sofra danos individuais, e fique desmoralizada perante a sociedade.

Discorreu sobre sua carreira como jornalista e sobre a atividade profissional exercida pelo réu. Narrou que a infame declaração do réu foi feita no mesmo dia do depoimento de Hans River na CPMI das Fake News no Congresso. Afirmou que nesse depoimento Hans River alegou que a autora teria oferecido sexo em troca de informações, que utilizaria na matéria jornalística veiculada em 02/12/2018 no



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
27ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

jornal Folha de S. Paulo. Sustentou que todas as afirmações feitas por Hans River em relação a autora, eram falsas e que a jornalista obteve informações de maneira regular. Alegou que no rastro dessa difusão de ofensas e mentiras, o réu assumiu para si o discurso ofensivo, desrespeitoso e machista contra a autora e que é evidente que o réu se utilizou de um subterfúgio inescrupuloso para desacreditá-la profissionalmente. Afirmou estar profundamente abalada com a repercussão dos fatos e temerosa em relação aos impactos negativos que as mentiras propagadas podem ter sobre sua vida, tanto no âmbito pessoal quanto profissional, deixando claro que o dano sofrido foi muito além do mero aborrecimento. Defendeu que diante do ilícito praticado pelo réu, do dano concreto à autora e o nexos causal entre esses dois elementos, resta configurada a responsabilidade civil. Requereu a total procedência da demanda, e a condenação do réu ao pagamento de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), a título de danos morais, valor que deverá ser acrescido de juros de mora desde o ato ilícito e correção monetária. Juntou documentos (fls. 20/88).

Devidamente citado, o Réu apresentou contestação (fls. 204/227). Preliminarmente, alegou a incompetência territorial deste juízo, e a necessidade de suspensão do feito até o trânsito em julgado do processo nº 1017115-13.2020.8.26.0100. Narrou que a imunidade parlamentar confere aos parlamentares uma "*supraliberdade de expressão*", a qual supera a amplitude da liberdade de expressão comum dos cidadãos em geral, de modo que não há possibilidade de responsabilização cível, criminal e administrativa, do réu, uma vez que possui imunidade parlamentar. Afirmou que diante de notória divergência política e considerando ainda a presunção de veracidade do testemunho prestado por Hans River, a publicação do réu guarda estreita relação com o exercício do seu cargo eletivo e com as implicações políticas das suas atribuições e dos seus posicionamentos. Aduziu que críticas de adversários políticos são muito comuns a todos aqueles que foram escolhidos pelo povo para representá-lo. Sustentou que apesar do réu ter usado expressões satíricas e contumeliosas, amparadas na presunção de veracidade do depoimento prestado por uma testemunha juramentada, resta claro o caráter político da sua crítica e o íntimo liame dela com o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
27ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

desempenho do seu cargo, mormente quando proferida contra a autora que é detentora de posicionamento político adverso. Afirmou que não houve nenhuma ofensa à autora, mas sim à sua conduta profissional relatada pelo Sr. Hans River, dotada de imensa reprovabilidade no âmbito jornalístico e político. Alegou que não há dever de indenizar, em virtude do exercício da liberdade de expressão, quando inexistente calúnia, difamação ou injúria. Salientou que a declaração do réu não feriu a honra da autora e que os crimes desta natureza se configuram apenas com dolo. Sustentou que o valor requerido pela autora a título de danos morais é excessivamente oneroso e destoante da razoabilidade e da proporcionalidade. Requereu o processamento e o julgamento do feito ao foro da Comarca de Fortaleza/CE, caso assim não entenda, que o presente feito seja suspenso, aguardando-se o julgamento definitivo do processo nº 1017115-13.2020.8.26.0100. Pediu pelo saneamento do feito, e a designação de audiência para oitiva de testemunhas. Por fim pediu pela total improcedência da demanda, e a condenação da autora ao pagamento dos ônus sucumbenciais. Juntou documentos (fls. 230/253).

Réplica às fls. 256/276.

Instadas a especificarem provas (fl. 283), a autora requereu a produção de prova documental suplementar (fls. 305/311), enquanto o réu requereu a produção de prova testemunhal, o depoimento pessoal da autora, e provas emprestadas do feito nº 1017115-13.2020.8.26.0100 (fls. 320/321).

É o relatório.

FUNDAMENTO E DECIDO.

Tem plena aplicabilidade na espécie a previsão do artigo 355, I, do Novo Código de Processo Civil, pois sobram motivos para dispensar a produção de outras provas, dada a documentação reunida no processo, suficiente para autorizar o julgamento.

Cediço que a finalidade da prova é formar a convicção do juiz, seu principal destinatário, quanto à existência dos fatos da causa. Nesse



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
27ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

sentido a doutrina de Vicente Greco Filho, segundo a qual “no processo, a prova não tem um fim em si mesma ou um fim moral e filosófico; sua finalidade é prática, qual seja: convencer o juiz” (Direito Processual Civil Brasileiro, vol. 2, Saraiva, 16ª edição, p. 182).

É exatamente esse o caso dos autos, em que a questão de mérito envolve matéria de direito e de fato cujo deslinde não depende de outras provas, mostrando-se suficiente para o convencimento do juiz apenas o acervo documental reunido.

“AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. INDEFERIMENTO. PROVA TESTEMUNHAL. 1. No sistema de persuasão racional adotado pelo Código de Processo Civil nos arts. 130 e 131, em regra, não cabe compelir o magistrado a autorizar a produção desta ou daquela prova, se por outros meios estiver convencido da verdade dos fatos, tendo em vista que o juiz é o destinatário final da prova, a quem cabe a análise da conveniência e necessidade da sua produção. Desse modo, não há incompatibilidade entre o art. 400 do CPC, que estabelece ser, via de regra, admissível a prova testemunhal, e o art. 131 do CPC, que garante ao juiz o poder de indeferir as diligências inúteis ou meramente protelatórias. 2. Agravo regimental desprovido.” (AgRg no Ag 987507/DF, 4a Turma, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, j. 14/12/2010).

PRELIMINARES

De rigor seja afastada a preliminar de incompetência aventada pelo réu, baseada em pretensa imunidade parlamentar, na medida em que a prática da alegada ofensa moral em relação à autora não guarda qualquer relação com o exercício de seu mandato.

Assim, não há que se falar *in casu*, na aplicação do que prevê o art. 53, da Magna Carta.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
27ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

No que toca ao pleito formulado pelo réu no sentido de suspensão do processo movido pela autora em relação ao Sr. Hans River, nada a prover, porquanto os danos alegados na presente demanda não guardam relação entre si, não restando configurada a previsão contida no art. 313, inciso V, letra "a", do Código de Processo Civil, observando-se ademais, já haver sentença naquele feito, o que pôde ser verificado através de simples pesquisa.

MÉRITO

No mérito a ação é procedente.

Restou demonstrada cabalmente a ofensa a honra da autora.

Com efeito, as frases proferidas pelo réu através da rede social conhecida como "Twitter" revelaram-se extremamente perniciosas à honra da autora, seja no âmbito profissional, seja pelo fato de ser mulher em uma sociedade que infelizmente ainda, carrega o estigma machista, considerando até certo ponto normal proferir impropérios contra outrem que seja do sexo feminino, simplesmente por se opor às suas opiniões.

Mencionou o réu em sua página do *twitter*: "*Se você acha que está na pior, lembre-se da jornalista do folha de SP que oferece SEXO em troca de alguma matéria para prejudicar Jair Bolsonaro. Depois de hoje, vai chover falsos informantes pra cima desta senhora. Força, coragem e dedicação Patrícia, você vai precisar!*"

Seguindo a mesma linha, segue o réu na mencionada rede social, proferindo gracejos jocosos acerca da honra da autora, mencionando ainda: "*Sou tão inocente, que até hoje pensava que FURO JORNALÍSTICO se tratava de outra coisa...*"



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
27ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Importante notar que o réu tem milhares de seguidores o que acabou por potencializar ainda mais o caráter das ofensas proferidas contra a autora.

Diversamente do quanto alegado pelo réu, o teor de suas postagens não revela divergência política, mas evidente ofensa à uma determinada pessoa, *in casu*, a autora, polemizando de maneira vulgar sua capacidade profissional e ainda o fato de ser mulher.

Não se está aqui a questionar o direito à liberdade de pensamento e suas formas de expressão, garantia amplamente consagrada na Constituição Federal (art. 5º, IV), sendo importante pontuar que as expressões utilizadas pelo réu extrapolam regras comezinhas de boa convivência e até educação, estando longe de representar a proteção ora mencionada contida na Carta Maior.

Ademais, como representante do povo, esperar-se-ia do réu uma postura minimamente sóbria e equilibrada, o que aliás, tem sido rechaçado por muitas figuras políticas e sociais na atualidade.

De qualquer viés que se analise o caso em tela, evidente o dano moral suportado pela autora, na medida em que se trata de jornalista bastante conhecida no meio em que atua, sendo certo o largo alcance das postagens realizadas pelo réu, conforme já mencionado.

Estando configurada a necessidade de indenização por danos morais, resta estabelecer seu quantum indenizatório. Assim sendo, com o intuito de estabelecer esse valor, cabe ao julgador recorrer ao princípio da proporcionalidade ou da razoabilidade, como pondera Flávio Tartuce: *“Se, por um lado, deve entender que a indenização tem função pedagógica ou educativa para futuras condutas, por outro, não pode o valor pecuniário gerar enriquecimento sem causa ou ruína do ofensor, devendo ser aplicado o princípio da proporcionalidade ou da razoabilidade na fixação do quantum indenizatório”* (TARTUCE, Flávio, Manual de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
27ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Direito Civil, Editora Método, 1ª ed., pg. 434).

Importante pontuar ainda, mister se faz declarar que os danos morais não se limitam apenas à função compensatória das dores e transtornos suportados pelo Autor, mas, também, têm por objetivo dissuadir o réu de levar a efeito novamente a conduta danosa. Neste diapasão, seguem excertos do eminente civilista Caio Mário da Silva Pereira, a fim de elucidar e delimitar o instituto em voga:

“a) De um lado, a ideia de punição ao infrator, que não pode ofender em vão a esfera jurídica alheia; não se trata de imiscuir na reparação uma expressão meramente simbólica, e, por esta razão, a sua condenação não pode deixar de considerar as condições econômicas e sociais dele, bem como a gravidade da falta cometida, segundo um critério de aferição subjetivo; mas não vai aqui uma confusão entre responsabilidade penal e civil, que bem se diversificam; a punição do ofensor envolve uma sanção de natureza econômica, em benefício da vítima, à qual se sujeita o que causou dano moral a outrem por um erro de conduta. b) De outro lado proporcionar à vítima uma compensação pelo dano suportado,pondo-lhe o ofensor nas mãos uma soma que não é o pretium doloris, porém uma ensanchar de reparação da afronta”. (PEREIRA, Caio Mário da Silva, Instituições de Direito Civil Vol. II, 26ª Ed., 2014 Rio de Janeiro: Forense, pgs. 518/519).“(…) Como tenho sustentado em minhas Instituições de Direito Civil (volume II, nº 176), na reparação pelo dano moral estão conjugados dois motivos, ou duas concausas: I) punição ao infrator pelo fato de haver ofendido um bem jurídico da vítima, posto que imaterial; II) pôr nas mãos do ofendido uma soma que não é o pretium doloris, porém o meio de lhe oferecer uma satisfação de qualquer espécie, seja de ordem intelectual ou moral, seja mesmo de cunho material (Mazeaud e Mazeaud, Danno non patrimoniale, nº 66) o que pode ser obtido 'no fato' de saber que esta soma em dinheiro pode amenizar a amargura da ofensa e, de qualquer maneira, o desejo de vingança (Von Thur, Partie Générale du Code Fédéral des Obligations, I, § 106, apud Sílvio Rodrigues, in loc. cit.). A isso é de acrescentar que na reparação por dano moral insere-se a solidariedade social à vítima (...)” (PEREIRA, Caio Mário da Silva, Responsabilidade Civil - Editora Forense 8º Edição págs. 317/318).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
27ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** a presente Ação de Indenização por dano moral que **PATRÍCIA TOLEDO DE CAMPOS MELLO** moveu em face de **ANDRÉ FERNANDES DE MOURA**, condenando o réu ao pagamento do valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a título de indenização por dano moral, nos termos da fundamentação, com juros a partir do evento danoso (Súmula 54, STJ) e correção monetária a partir do arbitramento (Súmula 362, STJ).

Em razão da procedência, condeno o réu ainda, ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios que fixo em 20% do valor da condenação, devidamente atualizado.

Resolvo o mérito deste feito nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

P.R.I.

São Paulo, 16 de junho de 2021.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**